



www.institutobuzios.org.br

A resistência negra no Quilombo Rio dos Macacos



Assista à fala de Rose Meire dos Santos Silva, presidente da Associação Quilombola Rio dos Macacos

A Comunidade Quilombola do Rio dos Macacos em Simões Filho-Ba, realizou um ato público no dia 1º de agosto na frente da base naval de aratú, da marinha brasileira. A força naval pretende expandir um condomínio para os seus oficiais, no território de uma das comunidades mais antigas de descendentes de escravos no Brasil. Centenas de pessoas várias delas portando faixas com denúncias, se concentraram no portão da base, na manifestação de denúncia das arbitrariedades cometidas pela marinha contra os moradores e a defesa e reafirmação dos direitos quilombolas. Foram denunciados o regime de tensão e violência a que estão submetidos os quilombolas, com ameaças cotidianas de despejo e de agressões; proibição de plantar e de reformar/consertar as casas; roças destruídas e estupro de mulheres. Três Viaturas da polícia chegam ao local e pede fim das atividades!! Manifestantes respondem: "Povo negro unido / povo negro forte / não tememos a luta / não tememos a morte". Após conversas com oficiais, as viaturas postam-se lateralmente ao espaço ocupado pelos manifestantes. O Ato prossegue com falas de lideranças da comunidade, representantes do Quilombo São Francisco do Paraguaçu, Quilombo Santiago do Iguape, Quilombo Alto Tororó, Movimento e Conselho Pastoral dos Pescadores, Associação dos Advogados do Trabalhadores Rurais - AATR, Quilombo X, Campanha Reaja, Akofena, Aperteobranco, Instituto Búzios, MNU de Lutas, Quilombo do Silva (RG), Quilombo do Carmo (SP), Ocupa Salvador, Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas, CONAQ, Coletivo de Mulheres Feministas da Bahia e Ativistas do movimento negro. Apresentações de Bumba Meu Boi e de samba de Roda são protagonizadas por integrantes de outros quilombos que vieram para oferecer seu braço solidário a esta luta. O movimento negro brasileiro não pode aceitar que o não reconhecimento do direito à terra no Quilombo do Rio dos Macacos abra um precedente para que não seja aplicado o direito constitucional à terra de comunidades dos remanescentes de quilombos. As organizações negras do país precisam ampliar o engajamento nessa luta e a mobilização nacional em defesa desse quilombo ameaçado! Vamos reforçar o ABAIXO-ASSINADO! e fazer valer os direitos quilombolas assegurados na Constituição! Acompanhe a [negociação entre quilombolas e governo sobre posse da terra](#). Leia mais sobre [Rio dos Macacos](#). Assine a [Petição](#). Fonte: Instituto Búzios, Jesiel Oliveira, Avaaz, Global Voices, Agência Brasil.

Perspectivas para a institucionalização da lei 10.639/2003

A série "Debates e perspectivas para a institucionalização da Lei no 10.639/2003", desenvolvida pelo Programa Brasil-África: História Cruzadas, tem como objetivo divulgar as contribuições realizadas pela UNESCO para

implementar e institucionalizar a Lei no 10.639, de 2003. A série se inicia com as discussões desenvolvidas no decorrer dos eventos de lançamento da edição em português da Coleção História Geral da África da UNESCO. O lançamento da Coleção é resultado da parceria da Representação da UNESCO no Brasil com o Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos. Os eventos contaram com a presença de expositores nacionais e internacionais, que potencializaram trocas de experiências e discutiram, de forma profunda, temas de história e cultura africana e afro-brasileira e da educação das relações étnico raciais. Essas discussões possibilitaram um mapeamento de necessidades e perspectivas para a implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação sobre relações étnico-raciais, história e cultura africana e afro-brasileira no sistema da educação básica do país e, ainda, foram apresentadas possibilidades de uso da Coleção HGA como um subsídio para a sua efetivação. Acesse os [4 volumes da coleção](#) e faça Download. Paulino Cardoso | Fonte: Marcio André dos Santos.

Código Penal: Campanha quer garantir leis adequadas contra racistas

Anteprojeto de reforma está no Congresso, mas proposta é considerada insuficiente. Com o salão nobre na Praça da Sé completamente lotado por cerca de 300 estudantes, advogados, ativistas e bacharéis em Direito, a Comissão da Igualdade Racial da OAB/SP lançou no dia 31/07, durante o debate “Racismo e Reforma do Código Penal”, o que seu presidente, Eduardo Pereira da Silva, chamou de “movimento democrático brasileiro” para aperfeiçoar o anteprojeto de Código Penal apresentado ao Congresso por uma Comissão de Juristas. Pereira da Silva e todos os demais expositores – entre os quais o jurista e ex-secretário de Justiça de S. Paulo, Hédio Silva Jr., o ouvidor da SEPIIR, Carlos Alberto Souza e Silva Jr., o presidente do Conselho Estadual da Comunidade Negra, Marco Antônio Zito Alvarenga, e a procuradora Luiza Nagib Eluf – concordaram que o texto do anteprojeto do Código é insuficiente e que precisa ser aperfeiçoado com a participação dos segmentos organizados da sociedade. Segundo o advogado e ex-Secretário de Justiça de S. Paulo, Hédio Silva Jr., “o mais grave no anteprojeto de Lei apresentado pela Comissão de Juristas é a adoção do princípio da insignificância, uma porta larga para quem entende que o racismo não tem nenhuma importância”. Leia a matéria Completa. Fonte: Instituto Maria Preta.

Dolores Mota: feminicídio/femicídio e o novo código penal brasileiro

O feminicídio/femicídio é um conceito em construção, que se encontra em desenvolvimento e, como afirma Gómez (1), com base em Sandoval, “el asesinato de mujeres debe ser problematizado en el marco de las grandes estructuras del patriarcado y la misoginia” (p. 22). Na medida em que avança uma sensibilidade social frente à violência contra a mulher e os Estados se comprometem com ações e leis para punir e prevenir essa violência, tem avançado no âmbito desta questão o debate sobre a tipificação penal do feminicídio. Tipificar penalmente o feminicídio/femicídio significa defini-lo como crime autônomo, diferente do homicídio, com suas próprias penalidades. O desafio é justamente definir que tipo de assassinato de mulheres pode ser nomeado de feminicídio/femicídio. No continente o CLADEM – Comitê de América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher- tem facilitado uma articulação de organizações feministas entre países do continente, do Caribe e Espanha para a investigação sobre feminicídio e a reflexão sobre a tipificação penal desse crime. O site <http://www.femicidio.net> dispõe de inúmeros textos e outras publicações referentes a esse tema. Leia a [matéria completa](#). Fonte: Universidade Livre Feminista.

As cotas universitárias chegarão a São Paulo?

Num Estado onde há clara segregação racial no ensino superior, dois projetos tentam introduzir sistema adotado com sucesso em instituições federais, mas há grandes resistências. Dois projetos que instituem cotas nas instituições estaduais de ensino superior em São Paulo (USP, Unicamp, Unesp. Fatec's) tramitam na Assembléia Legislativa de São Paulo. O primeiro, é o PL 530 de 17 de agosto de 2004, de autoria de vários deputados estaduais do PT, PC do B, PP, PSB, PL, PPS e PP que decreta a reserva de 50% das vagas das universidades estaduais a alunos oriundos da rede pública de ensino, sendo que, destas, 30% destinadas a afrodescendentes. Além disto, o PL destina ainda 15% a estudantes afrodescendentes e indígenas com renda per capita de até 2 salários mínimos. O restante, 35%, são consideradas vagas de livre concorrência. Leia a [matéria na íntegra](#). Fonte: racismoambiental | Dennis Oliveira, Revista Fórum.

Instituto Cultural Steve Biko - 20 anos

Nos dias 31/07 e 1/08, uma programação cultural no Pelourinho, Salvador-Ba comemorou os 20 Anos de fundação do Instituto Steve Biko. Um “Abraço Simbólico” à sede do Instituto, marcou o início das atividades. Às

19h, foi realizada uma palestra com a Profª Drª Petronilha Beatriz Gonçalves, que falou sobre a trajetória de superação das desigualdades raciais na concepção da educação brasileira: “um retrospecto histórico dos embates para a inclusão educacional dos afro-brasileiros”. No dia seguinte Teve uma ampla programação artística gratuita com várias atrações que subiram ao palco da Praça Pedro Arcanjo, entre estas a banda percussiva Didá, a Tribo Bóssambá e o grupo de RAP RBF. O Instituto Cultural Steve Biko (ICSB), fundado em 31 de julho de 1992, carinhosamente conhecido como a Biko, tem se consolidado ao longo desses 20 anos como uma importante referência nacional na luta contra a exclusão educacional dos jovens negros e negras no Brasil. O instituto é pioneiros na implementação de cursos pré-vestibulares voltados para o acesso de estudantes oriundos de escola pública ao ensino superior e já contribuiu para o ingresso de mais de 2000 estudantes nas universidades. Esses resultados conferiram à entidade o reconhecimento de lideranças, organizações e movimentos sociais, dentro e fora do nosso país, dentre as homenagens o Prêmio Nacional de Direitos Humanos concedido pelo Ministério da Justiça em 1999 e o Prêmio Jovem cientista de 2008 com a temática - educação para reduzir as desigualdades sociais. O Instituto Búzios parabeniza o Instituto Steve Biko e todo seu coletivo que empreende essa jornada de afirmação da identidade e das potencialidades do povo negro. Desejamos que continuem inspirando novas organizações e ativistas negros no país.

Angela Davies: Afro Imagens - Política, Moda e Nostalgia

Traduzido por Jaqueline Lima Santos - Não muito tempo atrás, na cidade de São Francisco, eu assisti uma peça realizada por mulheres presidiárias e ex-presidiárias em colaboração com “Bay Area” performance de mulheres artistas. Depois desse show, fui para os bastidores da “green room”, onde as mulheres reclusas, vigiadas por policiais estacionados em frente à porta, estavam celebrando com suas famílias e amigos. Por ter trabalhado com algumas dessas mulheres na prisão, eu queria parabenizá-las no show. Uma delas introduziu-me para seu irmão que a princípio respondeu ao meu nome com um olhar inexpressivo. A mulher o repreendeu: “Você não sabe quem é Ângela Davis? Você deveria estar envergonhado”. Repentinamente um lampejo de reconhecimento atravessou sua face. “- Oh”, ele disse, “- Ângela Davis, a Afro”. Eu acho que esses tipos de respostas são dificilmente excepcionais, e é tanto humilhante quanto degradante descobrir que uma única geração após os eventos que me construíram como uma personalidade pública relembram-me pelo meu penteado. Isto é humilhante porque isto reduz uma política libertária a uma política da moda; isto é degradante porque esses encontros com uma geração mais jovem demonstra a fragilidade e inconstância de imagens históricas, particularmente aquelas associadas com a história Afro-Americana. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Jaqueline Lima Santos.

Dossiê: Questão Racial no Brasil

A revista Lua Nova nº 85 apresenta um dossiê sobre a questão racial no Brasil. Organizado por Antônio Sérgio Guimarães, é composto por seis artigos. Embora a abolição da escravidão tenha formalmente estendido a toda a população do país os direitos civis, políticos e sociais, a noção de raça impediu durante muito tempo o desenvolvimento da cidadania. No entanto, contemporaneamente, em lugar de obstáculo, “raça” tornou-se um dos elementos a partir do qual se coloca na arena política nacional a questão da igualdade das oportunidades, ponto essencial para a constituição de uma sociedade democrática. Acesse a [revista e faça download](#). Fonte: Deise Benedito e Centec.

Quilombolas têm chance de se fortalecer com Chamada Pública da SEPPIR

A SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República vai disponibilizar R\$ 1,2 milhão para projetos de instituições privadas, sem fins lucrativos, voltados para a capacitação de lideranças quilombolas, com foco no fortalecimento institucional e desenvolvimento local. Os convênios serão firmados com a SEPPIR depois da seleção das propostas, que ocorrerá através da Chamada Pública 002/2012, aberta a partir desta quarta-feira (01). Com o objetivo de apoiar efetivamente as iniciativas que contribuam para o empoderamento e autonomia da população quilombolas, os critérios de pontuação (item 10.2 do Edital) foram elaborados de maneira a garantir a priorização das propostas apresentadas pelas próprias organizações representativas deste segmento populacional ou por proponentes que demonstrem ter familiaridade com o universo quilombola, tanto de trabalho in loco quanto acadêmico (de produção de conhecimento para construção de políticas públicas); e que incluam em suas equipes executoras pessoas das comunidades quilombolas a serem atendidas. As propostas poderão ter orçamento entre R\$ 120 mil e R\$ 200 mil, voltados para gastos de custeio (capacitação, formação, incentivo, dentre outros). Leia a [matéria completa](#). Acesse o [Edital de Seleção de Propostas](#). Fonte: Seppir.

Terezinha Vicente: Cresce o feminicídio no país

Embora as mulheres brasileiras tenham conquistado uma das leis mais avançadas para a superação da violência de gênero – a Lei Maria da Penha – cresce o feminicídio no país. CPMI está revelando o descaso dos governos locais com a questão. Nas últimas três décadas foram assassinadas aproximadamente 91 mil mulheres no Brasil, 7º lugar no ranking dos países onde há mais esse tipo de crime. O que mais assusta estudiosos do tema e feministas é o progressivo crescimento do feminicídio, que vitimou 43,5 mil mulheres só nesta última década, passando de 1.353 para 4.297 mortes por ano, um aumento de 217,6%! Leia a [matéria na íntegra](#). Fonte: Ciranda Net.

Lei de Acesso à Informação muda relação do brasileiro com sua história

A Lei de Acesso à Informação colocou à disposição dos brasileiros muitos documentos reveladores da história recente do país. E há previsão de outros, como os que integram o acervo do Estado Maior das Forças armadas sejam abertos nos próximos dias. São informações secretas que moravam nos arquivos de órgãos de inteligência. Mesmo documentos que estavam em arquivos públicos, apenas para consultas restritas, agora podem ser acessados. Acesse [para pedir informação aos órgãos de governo](#). Leia a [matéria na íntegra](#). Fonte: Carta Maior.

Plataforma por novo marco regulatório para OSCs: carta aberta ao Ministro Gilberto Carvalho

As organizações signatárias da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), enviaram carta aberta ao Ministro Gilberto Carvalho, com posicionamento do Comitê Facilitador da Plataforma sobre as ações realizadas conjuntamente com representantes do governo em Grupo de Trabalho paritário coordenado pela Secretária-geral da Presidência da República. A Plataforma, formada por mais de 100 organizações que representam movimentos sociais, entidades religiosas, ONGs, institutos e fundações privadas, pleiteia um Novo Marco Regulatório que consolide uma relação harmônica e construtiva das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com o Estado, num ambiente de segurança jurídica e de maior transparência frente à sociedade. O GT vem se reunindo desde novembro e os resultados são resumidos nesta carta. O Comitê se declara satisfeito com diversos avanços e destaca áreas de preocupação, seja com relação à tramitação do projeto de lei - que esperamos ser submetido à consulta pública -, seja com a continuação dos trabalhos numa segunda fase, que enfoque tratamento tributário mais consentâneo com a valorização das OSCs e linhas de fomento que possam fortalecê-las. Leia a [carta na íntegra](#). Fonte: Gife.

Serpro disponibiliza aulas sobre Sistema de Convênios do Governo Federal

O Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados, disponibilizou na Internet uma página com palestras orientando a navegação no Siconv – Sistema de Convênios do Governo Federal. As palestras técnicas podem ser assistidas por meio do sistema Java e contêm diversas informações de extrema importância sobre a utilização do Portal Siconv, bem como as questões legais que envolvem o tema das transferências voluntárias. Clique aqui para assistir as aulas. O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv) é uma ferramenta eletrônica que reúne e processa informações sobre as transferências de recursos do Governo Federal para órgãos públicos e privados sem fins lucrativos. Esse repasse acontece por meio de contratos e convênios destinados à execução de programas, projetos e ações de interesse comum. Leia a [matéria completa](#). As aulas podem ser acessadas no endereço eletrônico: <http://assiste.serpro.gov.br/siconv/anteriores.html>. Fonte: Seppir.

Ameaça à biodiversidade põe humanidade em risco, alerta relatório da IUCN

A União Internacional para Preservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês) publicou novo relatório sobre a perda de espécies: das 63.837 analisadas, 19.817 correm risco de extinção. Estão ameaçadas 41% espécies de anfíbios, 33% de corais construtores de recifes, 25% de mamíferos, 20% de plantas e 13% de aves, destacou a última versão da respeitada “Lista Vermelha” (Red List). A temida extinção em massa da vida selvagem também ameaça bilhões de humanos que dependem deles como alimento e sustento. Muitas são essenciais fornecendo comida e trabalho e uma piscina genética para melhorar cultivos e desenvolver novos medicamentos, disse Julia Marton-Lefevre, diretora da IUCN. “Oitenta por cento da nossa ingestão de calorias vêm de 12 espécies de plantas”, disse o professor Stephen Hopper, chefe dos Jardins Botânicos Reais em

Kew, Londres. O relatório lançou luz sobre a exploração irresponsável de oceanos, lagos e rios. “Em algumas partes do mundo, até 90% das populações costeiras obtêm grande parte de sua comida e ganham sua primeira renda através da pesca. No entanto, a sobrepesca reduziu alguns estoques pesqueiros em até 90%”, alertou o IUCN. Fonte: EcoDebate.

Coletânea sobre educação ambiental disponível na Internet

O educador e jornalista ambiental Wagner Oliveira está disponibilizando em seu blog uma coletânea de cartilhas de EA que pode ser baixada gratuitamente. Os materiais - úteis em escolas, centros comunitários, condomínios, associação de moradores etc. - tratam de assuntos como: código florestal, metodologias para ações de educação ambiental, saneamento básico, mudanças climáticas, meio ambiente e consumo, sistemas agroflorestais, uso racional da água, lixo, compostagem doméstica de lixo, ocupação em morros e encostas, entre outros. Acesse a [coletânea](#). Fonte: Revista do Terceiro Setor.

Declaração da Internet Livre

Junte-se a nós o para manter a internet livre e aberta. Acreditamos que uma Internet livre e aberta pode trazer um mundo melhor. Para manter a Internet livre e aberta, nós chamamos comunidades, indústrias e países a reconhecer esses princípios. Nós acreditamos que eles vão ajudar a trazer mais criatividade, mais inovação e sociedades mais abertas. Estamos juntos em um movimento internacional para defender as nossas liberdades, porque acreditamos que vale a pena lutar. Leia os [5 princípios da Declaração](#) e assine a petição.

EXPEDIENTE

INSTITUTO BÚZIOS INFORME
Boletim Eletrônico Nacional
Periodicidade: Mensal

EDITOR
Valdisio Fernandes

EQUIPE
Aderaldo Gil, Atilas Lopes, Camila Valadao, Ciro Fernandes, Débora Anjos, Enoque Matos, Eva Bahia, Evani Lima da Silva, Guilherme Silva, Juciene Santos, Kenia Silva, Larissa Almeida dos Santos, Lidianny Fonteles, Luciene Lacerda, Luiz Felipe de Carvalho, Marcele do Valle, Marcos Mendes, Mariana Reis, Ronaldo Oliveira, Silvanei Oliveira, Tereza Cristina Santos, Tom França, Viviane de Jesus.

COLABORADORES: Albérico Manoel, Aline Pacheco, Arlene Malta, Elenice Semini, Egidio Levi, Gil Nunes, Isa Araújo, Laudiceia Gomes, Milena Brasil, Tiago Paixão, Washington Dias.

Para retirar o seu nome da lista de distribuição do **INSTITUTO BÚZIOS**, envie uma mensagem para buzios@institutobuzios.org.br escrevendo na linha de assunto "Remover do cadastro".